



Esboços: histórias em contextos globais

ISSN: 2175-7976

esbocos@contato.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Ernesto Barnabé, Luis

A história universal entre a escrita da história e a travessia atlântica: produção
e circulação de compêndios escolares franceses e brasileiros (1820-1855)

Esboços: histórias em contextos globais, vol. 26, núm. 43, 2019, Setembro-, pp. 506-528

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019.e60304>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=594062241007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal


Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



A HISTÓRIA UNIVERSAL ENTRE A ESCRITA DA HISTÓRIA E A TRAVESSIA ATLÂNTICA: PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE COMPÊNDIOS ESCOLARES FRANCESES NO BRASIL (1820-1855)

**The Universal History between the Writing of History and the Atlantic
Crossing: Production and Circulation of French Textbooks in Brazil
(1820-1855)**

Luis Ernesto Barnabé

 <https://orcid.org/0000-0003-1723-7197>

E-mail: luis.ernesto@uenp.edu.br

^a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis,
Departamento de História, Assis, SP, Brasil

RESUMO

O *Précis de l'Histoire Ancienne*, de Charles Cayx e Auguste Poirson, juntamente com outros quatro *précis*, integrava uma inovadora proposta de um curso de História para os *collèges royaux* franceses. Essa coleção, concluída em 1830, seria adotada pelo governo brasileiro em 1838, na forma de tradução, para o recém-inaugurado Imperial Colégio de Pedro II. O objetivo deste artigo é fazer uma análise que entrecruze, por um lado, a acomodação entre as perspectivas de História Universal de Bossuet e iluminista de Heeren – resultado do exercício de uma escrita da História sob a especificidade tanto do suporte (o *précis*) quanto do público para qual se destinava – e, por outro, o fato de esta escrita da História integrar projetos de nação e civilização do Império brasileiro ao atravessar o Atlântico. Desta análise se constata tensões e disputas pela construção de inteligibilidade da história num campo de batalha que não era exclusivo dos historiadores: o compêndio escolar.

PALAVRAS-CHAVE

História antiga escolar. História universal. Manual escolar.

ABSTRACT

The *Précis de l'Histoire Ancienne*, by Charles Cayx and Auguste Poirson, along with four more *précis*, integrated an innovative proposal of a History course for the French *collèges royaux*. This collection, completed in 1830, would be adopted by the Brazilian government in 1838, in a translated edition, for the recently opened Imperial Colégio de Pedro II. The purpose of this article is to make an analysis that intertwines, on the one hand, the accommodation between the perspectives of Bossuet's Universal History and the Enlightenment of Heeren – resulting from the exercise of a writing of History under the specificity of both the support (the *précis*) and the public which it was aimed at – and, on the other hand, the fact that this writing of history integrates projects of nation and civilization of the Brazilian Empire when crossing the Atlantic. In this analysis, we identified tensions and disputes for the construction of the intelligibility of history in a battlefield that was not unique to historians: the textbook.

KEYWORDS

Ancient history for school. Universal history. Textbook.

Franz Fillafer (2017, p. 14) questiona o *design* heurístico da história global, em razão de sua constituição decorrer da prerrogativa de conectividade do mundo. Uma nova estrutura cognitiva, denominada *world-historical process*, cujo “sistema de periodização tornava as experiências europeias generalizáveis e como uma grade histórico-mundial que ainda podia acomodar encontros e sinergia entre culturas distintas”, suplantaria a antiga história universal e, em seguida, se desdobraria em duas fases, em termos historiográficos. A partir do Iluminismo, a questão da unidade da história, espacializada e acomodada na crescente interconexão do globo, seria naturalizada como premissa. Depois, na perspectiva do historicismo, asseguraria à ação europeia o papel de reintegradora dos não europeus na narrativa do curso da história.

A antiga história universal seria posta à prova na crítica proferida às profecias bíblicas – a qual conduz ao adiamento das previsões do juízo final –, em virtude do aumento de material etnográfico e histórico disponibilizado pela expansão marítima europeia dos séculos XVI e XVII. Tais desafios à manutenção de inteligibilidade da história universal atacavam em três frentes: a unidade da criação e da religião, a unidade da natureza e a unidade da cultura. A providencial inteligibilidade da unidade da história humana, apoiada em dois estados no tempo – o começo e o fim, a criação e a redenção, isto é, o passado remoto comum das origens e o futuro distante de um destino compartilhado da humanidade –, sucumbiria por apresentar apenas modelos gerais para a sequência intermediária que permitia alinhar e contemplar a diversidade de passados.¹

E se, contudo, a questão da desagregação da história universal for direcionada aos manuais escolares de história do início do século XIX, quando a produção e a circulação desses artefatos remontavam ao processo gradual de consolidação da escolarização e, simultaneamente, da inclusão da história como disciplina-chave para a legitimidade nacional e civilizacional? O compêndio francês *Précis de l'Histoire Ancienne (PHA)*, de Charles Cayx e Auguste Poirson, publicado pela primeira vez em 1827, será objeto de análise, interesse que se justifica pelo fato de esse material ter sido trazido em 1838, traduzido e utilizado nos primeiros anos de funcionamento de um curso secundário no Brasil, no Imperial Colégio de Pedro II (ICPII).

Argumentamos que os princípios de unidade da história universal não haviam perdido a inteligibilidade e, curiosamente, foram acomodados pelos autores com o *world-historical process* de Fillafer, mesmo que em alguns momentos tais circunstâncias proporcionassem tensões historiográficas. Disso desdobram dois eixos que se complementam. Primeiro, a escrita da história por indivíduos que acreditavam que a faziam nos termos científicos do início do século XIX, mas sob a especificidade tanto do suporte (o *précis*) quanto do público para o qual se destinava: a mocidade. Em segundo lugar, o fato de essa escrita da história ter sofrido a travessia atlântica, fruto dos projetos de nação e de civilização do Império brasileiro, traz de volta as inquietações de Fillafer, na medida em que havia a preocupação em constituir vínculo com a unidade da história praticada no momento. Isso nos permite indagar: a unidade que representa melhor esse vínculo está desagregada da tradição cristã presente na antiga história universal?

¹ Fillafer, embora com variações, apresenta essa questão apoiado nas discussões de Koselleck (2016, p.165-184).

A primeira parte do artigo se propõe a analisar o processo de produção do *PHA* como um artefato complexo, levando em conta aspectos do debate acerca da disciplinarização da história, da história dos compêndios escolares (CHERVEL, 1990; CHOPPIN, 2009; BRUTER, 2005), e também a trajetória dos autores e as inovações no campo da história. Na segunda parte, será feita uma análise comparativa entre as quatro primeiras edições do *PHA* – 1827, 1828, 1831 e 1837, mais a tradução brasileira –, tendo como objeto observar a acomodação entre a história universal antiga e o *world-historical process*. São tomadas como referência as obras *Discours sur l'Histoire Universelle* (1863), de Jacques-Bénigne Bossuet (1607-1704), publicada pela primeira vez em 1681, e *Manuel de l'histoire ancienne* (1827), de Arnold Heeren (1760-1842), originalmente publicado em 1799, em Göttingen, e traduzido para o francês em 1821. Por fim, serão tratados aspectos da travessia atlântica, da tradução e dos usos do *PHA* no Brasil, tendo como referência o período de circulação da versão traduzida: 1840-1855.

DISCIPLINARIZAÇÃO DA HISTÓRIA E PRODUÇÃO DE COMPÊNDIOS NA FRANÇA (1814-1830)

Em 1830 era publicada a última das cinco obras prescritas para o ensino de história aos *collèges royaux* e aos demais estabelecimentos de instrução pública, produzida com a intenção de estabelecer um curso completo de história. Essa coleção foi saudada por um artigo cujo título pouco esclarecia sobre o conteúdo – “*Examen Critique d'Ouvrages Classiques*, no importante periódico *Le Lycée, Journal Général De L'instruction*” – e cujo autor apenas deixava as iniciais F.N. ao fim do texto. A proposição de um curso em si já denotava uma contemporânea concepção de história ante a tradição de ensino jesuítica, e, ao mesmo tempo, o critério que definia o (re)corte temporal do que seria cada um dos volumes dava mostras, em termos quantitativos, da manutenção da valorização da Antiguidade:

- 1º Précis de l'Histoire ancienne, divisé en deux parties, par M.M. Cayx et Poirson.
- 2º Précis de l' Histoire de la Republique Romaine, par M. Du Rozoir.
- 3º Précis de l'Histoire des empereurs, par M. Dumont.
- 4º Précis de l'Histoire Du Moyen age, par M. Des Michels.
- 5º Précis de l'Histoire moderne, par M. Michelet (LE LYCÉE, 1830, p. 76).

O texto com cerca de cinco páginas faz um balanço sobre as condições do ensino de história e resenha cada uma das obras, afirmando que, desse modo, se trata de material concebido e produzido para o uso em sala de aula, com aplicabilidade seriada – que, além disso, acompanha o critério de exposição cronológica –, sob o respaldo do Estado francês, referendado pelo Conseil Royal. Oferece ainda indícios sobre as condições das práticas de produção histórica das primeiras décadas do século XIX na França, por meio das ações desses autores.

Paul Royer-Collard, presidente da Comissão Royale de l'Instruction, teria escolhido indivíduos que “sabiam entender seu pensamento” (LE LYCÉE, 1830, p. 76). O mérito desses professores-autores – a partir de 1818 seria implantada a primeira

regulamentação para professores de história – teria sido buscar um “meio justo” entre as antigas compilações históricas volumosas e os *abrégés* superficiais. Mas, apesar da boa formação da École Normale, nos moldes em vigor até então, em “línguas antigas, ciência e filosofia”, precisaram de seu “orgulho e talento” para se lançar na empreita, cujo ineditismo incorria tanto para professores quanto para alunos. Para escreverem eles próprios seus cursos, teriam recorrido ao “trabalho árduo e paciente” (LE LYCÉE, 1830, p. 77), voltando-se para as fontes e criticando obras modernas, em alinhamento com as perspectivas da investigação histórica postas em evidência principalmente pelos alemães.

Du Rozoir é exaltado por escapar das seduições de Tito Lívio, discernir fábulas da verdade e acompanhar Heeren (LE LYCÉE, 1830, p. 79). Poirson, por lançar luz sobre o período grego entre os séculos XII ao VI a.C. e trazer conceitos importantes, como a discussão em voga sobre as invasões,² de modo que “provou pela reconciliação feliz que a Grécia teve sua idade média”, mas adequando-a a uma “obra didática” (LE LYCÉE, 1830, p. 78). O texto menciona ainda a intencionalidade de transformar os primeiros programas confeccionados pela Comissão Royale de l’Instruction Publique (Crip) entre 1819 e 1820 nos *Précis*. Nova (escrita da) história, novos livros, novos professores, novo ensino de história. Tantos ares de novidade servem de alerta para identificar os diálogos estabelecidos com as gerações anteriores de escrita da história nesse jogo de ocupação e autoafirmação de um espaço institucional e intelectual. Enfim, não se tratava apenas de uma simples coleção de livros. Estavam na ordem do dia os aspectos políticos e sociais que reconheciam a necessidade de constituir uma linha progressiva do passado, que, nos moldes de Guizot, fundia civilização e nacionalismo – embora o lidar com a Revolução ainda fosse um tabu –; a consolidação de uma proposta de ensino de história; e discussões sobre a vulgarização da ciência.

Para compreender o que significou a publicação da coleção dos *Précis* que constituíam o curso de história prescrito aos colégios reais e demais estabelecimentos de instrução pública na França no início dos anos de 1830, é preciso analisar um processo que inclui a trajetória de seus autores, o funcionamento da Crip e suas publicações, mas também a tendência que se consolidava na constituição dos Estados nacionais a implementar o ensino de história. Em relação ao último ponto, não é possível admitir sincronia entre (e/ ou de submissão do) ensino de história e a política,³ ou seja, é importante considerar como um processo de longa duração evidentemente ritmado por sobressaltos políticos, porém que não pode ser reduzido a eles (BRUTER, 2005, p. 178).

Os indivíduos envolvidos podem ser divididos em duas gerações: os que nasceram e foram educados ainda durante o Antigo Regime, como Royer-Collard (1763-1845), presidente da Crip entre agosto de 1815 e o fim de 1818; e os nascidos nos anos finais do século XVIII, que cresceram já sob a I República e obtiveram formação escolar sob o governo de Napoleão. François Guizot (1787-1874), Antoine

² Esta discussão foi feita por Poirson nas introduções do *PHA do Précis...*, ambos de 1828, e demonstra o enorme esforço em inserir-se no debate historiográfico contemporâneo, que compreendia a leitura dos autores antigos e modernos. Uma análise acerca da historiografia do período que debateu a dita “Idade Média Grega” pode ser encontrada em Bernal (1993).

³ As análises costumam dividir as etapas do ensino de história na França em cinco momentos, tal como a sucessão dos regimes políticos: 1789-1814, 1814-1830, 1830-1848, 1848-1879 e 1880-1914.

Lefebvre de Vatimesnil (1789-1860), Charles Du Rozoir (1790-1844), Edouard Dumont (1790-1875), Charles Cayx (1793-1858), Auguste Poirson (1793-1871), Chrysanthé Des Michels (1793-1866) e Jules Michelet (1798-1874).

Cayx, Des Michels e Poirson estudaram juntos na terceira turma da École Normal (1812) e viriam a conhecer Du Rozoir e Dumont na Faculdade de Letras de Paris, em 1812, na qual teriam sido alunos de Guizot no curso de história moderna.

A participação daqueles autores entre 1814 e 1830 pode ser verificada por meio de estatutos e demais documentos oficiais – em particular os da Crip, da qual faziam parte –, da atuação como professores e da publicação de obras de história destinadas ao público escolar. O estatuto de 26 de setembro de 1814 promovia uma série de mudanças e nos planos de estudos de *lycées* e *collèges*: garantia uma carga horária mínima de meia hora ao ensino de história e geografia (artigo 129), bem como ordenava os conteúdos prescritos num *continuum* cronológico, da *Sixième* a *Rhétorique* (artigos 138 a 143, respectivamente), reservando ao último ano os tempos modernos e a história da França.

Quadro 1 – O ensino de história na França: Programa de Ensino de 1814

Classes	<i>Sixième</i>	História sagrada e noções elementares de mitologia
	<i>Cinquième</i>	Noções elementares de cronologia e história antiga
	<i>Quatrième</i>	História antiga e Roma, até a batalha do Ácio
	<i>Troisième</i>	História romana e da Idade Média, de Augusto a Carlos Magno
	<i>Seconde</i>	História moderna depois de Carlos Magno
	<i>Rhétorique</i>	História da França

Fonte: Autor.

Embora haja inovações, elas ainda não trariam profundas alterações nas práticas recorrentes em sala de aula; a presença da história servia para legitimar moralmente a monarquia. Basta observar que quatro dos seis anos eram dedicados à história bíblica e à Antiguidade, assim como que o percurso cronológico fora encerrado em 1789. Faltava, sobretudo, um corpo de professores especializados. As aulas em muitos colégios permaneceriam ministradas pelos professores de latim e retórica.

Em 1815, a recém-instituída Crip, sob a direção de Royer-Collard, se empenharia na elaboração de programas que deveriam ser implantados nos *collèges royaux* (o novo nome para os *lycées* napoleônicos). Poirson e Des Michels passaram a trabalhar com Du Rozoir e Dumont; Cayx se juntou a eles em 1818.⁴ Os primeiros resultados apareceriam com o decreto de 15 de maio de 1818, o primeiro texto oficial dedicado exclusivamente ao ensino de história e geografia nas escolas secundárias. Reconhecia falhas na implantação das diretrizes do estatuto anterior e incluía a história entre as matérias nos exames de transição para uma classe superior. Da mesma forma, estabelecia um professor especial de história e geografia nos *collèges royaux* e *communaux* para as aulas de *Cinquième* a *Rhétorique*, mas não para as da *Sixième*.

Entre esses primeiros “professores especiais”, os autores dos *Précis* pouco a pouco vão se assentando nas cadeiras dos principais *collèges royaux* parisienses:

⁴ Informações obtidas em: <http://pages.textesrares.com/index.php/Rubriques/Cayx-Charles-1793-1858-vice-recteur-de-l-Academie-de-Paris.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

Poirson no Henri-IV desde 1817; Rozoir no Louis-le-Grand desde outubro de 1818; Dumont no Bourbon em 1820 e, posteriormente, no Saint-Louis; Cayx no Charlemagne a partir de 1820; e, finalmente, Des Michels no Bourbon em 1818 e no Henry-IV a partir de data incerta.⁵

Poucos meses depois, em 9 de novembro, a Crip emitiria outro decreto, com ajustes no programa de história e geografia, que agora iniciariam na *Quatrième*.

Quadro 2 – O ensino de história na França: Decreto de 9/11/1818

Classes	<i>Quatrième</i>	História antiga: até a aniquilação da liberdade grega com Philopemen (337 a.C.)
	<i>Troisième</i>	História romana até a partilha do império e a grande invasão dos bárbaros, sob Honorius (395 d.C.)
	<i>Seconde</i>	História geral, desde a invasão bárbara e o nascimento das monarquias modernas até nossos dias
	<i>Rhétorique</i>	História especial da França

Fonte: Autor.

Poirson e Cayx ficaram responsáveis pelo *Programme pour l'enseignement de l'histoire ancienne dans les collèges royaux*, enquanto Du Rozoir e Ragon, pelo *Programme du cours d'histoire romaine dans les collèges royaux*. A circular de 4 de julho de 1820 mantinha a distribuição dos conteúdos em quatro *classes*, que deveriam ser ministradas conforme os quatro programas publicados: *Cours d'histoire ancienne*, *Cours d'histoire romaine*, *Cours d'histoire générale* e *Cours d'histoire de France* (MARCHAND, 2000, p. 117). Pela primeira vez impressos, os programas do curso de história padronizavam os conteúdos, com a pretensão de estender o modelo dos colégios parisienses aos *collèges royaux* das províncias. Simultaneamente, Cayx e Poirson lançavam a obra *Tableau chronologique pour servir à l'étude de l'histoire ancienne*.⁶

O programa de 4 de setembro de 1821 determinava a redução da carga horária semanal de duas horas para uma hora e trinta minutos. A história deslizava para baixo na grade: da *Quatrième* até a *Rhétorique* para a *Cinquième* até a *Seconde*. Em setembro de 1826, escorregava pela grade mais uma vez: da *Sixième* a *Troisième*. A nova organização dos conteúdos de história antiga definia a estrutura que formataria a organização do *Précis de L'Histoire Ancienne* publicado no ano seguinte e do encarte complementar, publicado em 1828. Do mesmo modo, os conteúdos da *Cinquième* e da *Quatrième* indicavam o caminho a Du Rozoir, Dumont, Des Michels e Michelet.

⁵ Foi possível acompanhar as nomeações pelo site Ressources numériques en histoire de l'éducation, de A. Chervel, *Le sacré de l'enseignement secondaire. Répertoire 1809-1960, mars 2015 [en ligne]*, disponível em: http://rhe.ish-lyon.cnrs.fr/?q=agregsecondaire_laureats. Acesso em: 18 out. 2017.

⁶ A obra foi concluída em 1819, portanto antes do *Programme* de história antiga, segundo o site: <http://pages.textesrares.com/index.php/Rubriques/Poirson-Auguste-1795-1870-ou-la-naissance-de-lenseignement-de-lhistoire.html>. Acesso em: 17 dez. 2017.

Tabela 1 – Programas de história na França em 1821 e 1826

Classes	1821	1826
<i>Sixième</i>		História santa e história dos egípcios, dos assírios, dos persas e dos gregos até a morte de Alexandre
<i>Cinquième</i>	História antiga	História romana e continuação da história santa e da história antiga, da morte de Alexandre até o nascimento de Jesus Cristo
<i>Quatrième</i>	História romana	História da Igreja e dos imperadores, do baixo império e outros Estados até a morte de Carlos Magno
<i>Troisième</i>	História da Idade Média	Continuação das mesmas histórias, da morte de Carlos Magno até nossos dias
<i>Seconde</i>	História moderna	

Fonte: Autor.

Tais *Programes* evidenciam, portanto, uma tentativa de criar um modelo científico para a exposição de fatos históricos, em tabelas comparativas de tempo e espaço, proporcionando ao leitor a percepção de simultaneidade da história universal, tal como já faziam os alemães.⁷ A tentativa de padronização de conteúdos e sua expansão para as províncias, se associadas à inclusão da história nos exames, indica a articulação entre o poder de normatização do Estado e autores que lucrariam com as vendas de compêndios.

Aqueles quatro programas publicados em 1820 renderiam novas publicações, que aos poucos se metamorfoseariam, de uma simples prescrição de conteúdos, em uma narrativa histórica mais complexa, que inclui o exercício do cotejamento entre autores contemporâneos e destes com os autores da Antiguidade. Quando ventos liberais passaram a soprar com mais força em 1828, valorizando a presença da história – já com aspectos modernos – no ensino e na sociedade francesa, boa parte dos *Précis* estava publicada e pronta para circular pelos colégios franceses. Ao longo da década de 1830, quando a perspectiva histórica de Guizot se reafirma, essas obras foram sendo ajustadas, sobretudo pelas experiências de seu uso em sala de aula.

A tabela a seguir, construída com base no banco de dados on-line Emmanuelle,⁸ organizado por Alain Choppin, apresenta a relação entre esses professores/autores e os programas de ensino que legitimam a transformação de *Tableaux Chronologiques* em *Précis* ao longo dos anos de 1820 e adentram a década seguinte. O campo “duração editorial” se torna, assim, um bom indício desse processo de sobreposição.

⁷ A prática de elaboração de tabelas sincrônicas foi desenvolvida na segunda metade do século XVIII, na Universidade de Göttingen, principalmente por Johann David Köhler e Johann Christoph Gatterer.

⁸ Disponível em: <http://emmanuelle.bibliotheque-diderot.fr/web/index.php>. Acesso em: 5 maio 2018.

Tabela 2 – Produção dos professores/autores franceses

	Autores	Título	Duração editorial
1	Cayx e Poirson	<i>Tableau chronologique pour servir à l'étude de l'histoire ancienne</i>	1820-1824
2		<i>Précis de l'histoire ancienne</i>	1827-1853
3	Cayx, Poirson e Du Rozoir	<i>Précis de l'histoire des successeurs d'Alexandre, suivi du précis de l'histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à l'Empire</i>	1828
4	Anônimo	<i>Tableau chronologique pour servir à l'histoire romaine</i>	1821-1824
5	Du Rozoir	<i>Précis de l'histoire romaine depuis la fondation de Rome jusqu'à l'Empire.</i>	1830-1844
6	Dumont	<i>Précis de l'histoire des empereurs romains et de l'Eglise pendant les quatre premiers siècle</i>	1828-1844

Fonte: Autor.

VARIAÇÕES NA ESTRUTURA DAS EDIÇÕES DO PHA

Conforme consta no Emmanuelle, para o período em questão há quatro edições do PHA: 1827, 1828, 1831 e 1837. A comparação entre os prefácios e os índices, que refletem critérios de escolha e distribuição do conteúdo ao longo da obra, permite apontar tensões historiográficas e políticas – questões essas que se desdobram nas escolhas feitas para a composição da escrita da história no decorrer do volume.

A primeira edição de PHA, impressa em In-8, continha 276 páginas.⁹ Já a segunda, “revisada e ampliada”, contava com 563 páginas e tinha os conteúdos organizados em 41 capítulos, distribuídos em cinco épocas, ao longo de 392 páginas. Apresentava no fim, com 175 páginas, o encarte *Précis de L'Histoire des successeurs d'Alexandre*, considerado a sexta época, em oito capítulos que seguem a numeração da primeira parte, embora com paginação reiniciada, totalizando 49 capítulos, acompanhado de Introdução (p. I-VIII). O mesmo encarte também foi publicado em separado, conforme demonstra a Tabela 2. Um ajuste que dava contornos finais à organização dos conteúdos seria publicado em 20 de novembro de 1828, um mês após a publicação da segunda edição do PHA, pelo recém-empossado ministro Vatimesnil:

o curso de História será dividido: em *História Antiga*, e compreende a história dos sucessores de Alexandre; História romana, com a

⁹ Não foi possível analisar o conteúdo do exemplar, mas apenas sua referência, por meio de pesquisa no catálogo virtual da *Bibliothèque Nationale de France*, disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb302097793>. Para a listagem de todos exemplares disponíveis – 1ª edição, 2ª edição, 3ª edição, 12ª edição: <http://catalogue.bnf.fr/changerPage.do?motRecherche=charles+cayx&nbResultParPage=10&afficheRegroup=false&affinageActif=false&pageEnCours=1&nbPage=3&trouveDansFiltre=NoticePUB&triResultParPage=0>. Acesso em: 19 abr. 2017.

história dos imperadores até a invasão dos bárbaros; História da Idade Média antes da invasão dos bárbaros até a queda de Constantinopla por Maomé II; História moderna, antes da queda de Constantinopla até a morte de Luis XIV (MARCHAND, 2000, p.125, grifos nossos).

Entre as duas primeiras edições – maio de 1827 e outubro de 1828 – há significativas mudanças no cenário político francês. Com a derrota dos ultras nas eleições de novembro de 1827, o ministério Vatimesnil, de perfil de direita mais moderada, inauguraria uma ruptura completa com a política escolar praticada pelo ministro anterior, o bispo Frayssinous (MARCHAND, 2000, p. 32). Ainda assim, tal como a já mencionada ressalva de Bruter (2005), o condicionamento das alterações referentes ao ensino de história às mudanças políticas pode produzir uma análise mecanicista e, conseqüentemente, ocultar as ações dos próprios professores/autores dos compêndios dentro dos limites possíveis, ou seja, desconsiderar a possibilidade de que eles poderiam já desejar as alterações na estrutura do *PHA*, no sentido de restringir aspectos de história sagrada, antes mesmo da queda dos ultras. Logo, as mudanças políticas possibilitaram uma abertura para tanto, e não a sua motivação, de modo que sob tais circunstâncias existe uma correlação de forças muito mais complexa. Há, portanto, indícios de um posicionamento historiográfico que não necessariamente acompanha a forma corrente empregada por Bossuet, em épocas, como o único padrão de inteligibilidade do passado. Ainda assim, as duas vertentes foram acomodadas no interior do *PHA*.

O relato bíblico funciona na primeira época como o ponto de partida da história humana e, sob o epíteto de história sagrada, adentra a segunda época, pois os três primeiros capítulos tratarão do relato bíblico: da morte de Moisés (em 1605) ao retorno dos judeus após o cativeiro na Babilônia (536). Os títulos deles são precedidos pela denominação *Histoire sainte*. A divisão por épocas das duas primeiras edições não lembra Bossuet apenas pelo emprego da nomenclatura, mas também pelo posicionamento dos hebreus na construção narrativa da história da humanidade.

Imagem 1 – A presença da história sagrada na segunda edição (1828)

INTRODUCTION. Époques.	Pages	v—viii
<i>Première époque : Création, déluge.</i>		
CHAPITRE I. Temps écoulés depuis la création jusqu'à la mort de Moïse.		1—6
<i>Seconde époque : Fondation des anciens empires.</i>		
CHAPITRE II. Histoire sainte : temps écoulés depuis la mort de Moïse jusqu'au schisme des dix tribus, 1605-962. . . .		6—10
CHAPITRE III. Histoire sainte : temps écoulé depuis le schisme des dix tribus jusqu'à la captivité de Babylone, 962-606. .		10—15
CHAPITRE IV. Histoire sainte : captivité de Babylone; retour des Juifs à Jérusalem, 606-536.		15—18
CHAPITRE V. Histoire des Égyptiens depuis les temps les plus reculés, jusqu'à la conquête de leur empire par les Perses,		

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, p. 389.

A segunda edição do *PHA* não trazia nem Prefácio próprio nem o da primeira edição.¹⁰ Na terceira¹¹ (*refondue en partie*), a distribuição por épocas é abandonada, e os capítulos anteriormente vinculados à sexta época são incorporados aos demais capítulos da obra, totalizando 583 páginas. O Prefácio da primeira edição abre o volume, seguido da *Introduction a l'histoire de la Grèce*, que será a bricolagem da versão anterior com o texto introdutório do encarte da segunda parte (*Précis de L'Histoire des successeurs d'Alexandre*) e mais alguns parágrafos adicionados apenas com o intuito de reforçar argumentos já postos. Em termos estruturais, a versão da terceira edição se consolida a partir de então, sofrendo somente alterações pontuais nas edições seguintes, mas que não interferem mais na estrutura da obra, como ocorrera nas variações entre as três primeiras edições.

O Prefácio da primeira edição (CAYX; POISON, 1831, p. I-II) evidencia preocupações dos autores – desde 1827, e não sob a Monarquia de Julho, vale ressaltar – com os debates contemporâneos acerca da produção do conhecimento histórico, como:

a) O objetivo de “preencher as lacunas” ao “incluir povos ainda não estudados: judeus, sírios, fenícios, cipriotas, ródios, cretenses, epirotas, trácios, gregos da Ásia e sul da Itália” para compor um quadro universal integrado com as já bem estudadas “nações principais (egípcios, assírios, habitantes da Grécia Central e Peloponeso), fruto de imensas pesquisas de ingleses, alemães e franceses – principalmente na Academia de Inscrições e Belas Letras”.

b) O importante papel da cronologia, para sincronizar os relatos de formação dos antigos impérios e povos, cujas pesquisas acerca da cronologia dos “judeus, assírios e lídios, e da república romana”, já haviam sido bem discutidas e estabelecidas com “rara sagacidade”, ao passo que ainda havia incertezas quanto ao Egito. Mediante centenas de tentativas que produziam uma variação de cerca de 3500 anos (entre 3483 e 6984 a.C.) como data para a criação do mundo, os autores anunciam que adotarão a data da obra *L'Art de vérifier les dates avant J.-C* (1820):¹² 4963 a.C.

A inclusão dos judeus entre os “povos ainda não estudados” certamente se refere à operação historiográfica contrária à perspectiva de uma narrativa sincrônica, tal qual a desenvolvida por apologistas cristãos como Taciano, Teófilo de Antioquia e Clemente de Alexandria, que, no papel de representantes do “verdadeiro Israel”, defendiam a herança, a superioridade e a antiguidade desse povo, detentor da aliança divina até Cristo. Essa tradição ganharia contornos mais sólidos na *Historia Ecclesiastica* de Eusébio de Cesaréia (265-339) – cujas bases são as proposições de história universal de Diodoro da Sicília, adotada com *status* oficial da Igreja e do Império ao situar Moisés

¹⁰ Ao que parece, esse não estava presente na edição anterior, pois no Índice, ao fim do volume, no que parece ser algum lapso no momento da confecção da segunda edição, a Introdução se denomina *Époques*, em três páginas (p. V-VIII), a qual não condiz com o presente volume e provavelmente se refere ao que havia na primeira edição – para explicar o critério de adoção das épocas.

¹¹ O exemplar em formato digitalizado está disponível na íntegra pelo Google livros: https://books.google.com.br/books?id=Vg4PAAAAQAAJ&pg=PP7&hl=ptBR&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 20 abr. 2017.

¹² De autoria de um religioso da Congregação de Saint-Maurcom (1820), a obra oferece tabelas cronológicas comparando datas, fatos históricos, inscrições, crônicas e outros antigos monumentos antes da era cristã de diversos povos. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=AuNhajLP0vkC&rdid=bookAuNhajLP0vkC&rdot=1>. Acesso em: 20 abr. 2017.

como anterior à guerra de Tróia – e estabeleceria o “eixo da *Preparação Evangélica* e de sua realização: Diodoro, Eusébio, Dante e Bossuet” (VIDAL-NAQUET, 2002, p. 151).

Sobre as “imensas pesquisas de ingleses, alemães e franceses”, mencionadas por Cayx e Poirson, acerca de pesquisadores e respectivas interpretações, é pertinente considerar o fenômeno da destruição do sistema interpretativo do *Modelo Antigo* decorrente não apenas da reação cristã, mas de motivação maior alimentada pelo romantismo, pelo racismo e também pelo conceito de progresso, entre 1790 e 1830, e que se desdobra na Helenomania (BERNAL, 1993). Desenvolvidos de forma muito intensa na Alemanha, tais fundamentos circularam pela Europa, como as referências utilizadas por Cayx, Poirson, Du Rozoir comprovam, fica evidente que houve debate e posicionamento por parte dos autores dos *Précis*.¹³

Por ter sido citado tanto por Poirson e Cayx quanto por Du Rozoir, o *Manual de l'histoire ancienne* (1827) de Heeren pareceu ser uma boa aposta para estabelecer uma frente da influência da historiografia alemã entre os franceses. Heeren segue a tradição de Göttingen, onde fora professor entre 1820 e 1840 – pautada na forte ligação da história com os desenvolvimentos econômicos e técnicos. O destaque dado a Cartago, Egito e Etiópia em *Ideen über die Politik, den Vehrkehr und den Handel der vornehmsten Völker der alten Welt* (1793-1796) o mantinha próximo ao *Modelo Antigo*, o que o levou ao isolamento diante dos românticos alemães (BERNAL, 1993).

Uma análise comparativa entre os índices de Bossuet (1863), Heeren (1827) e Cayx e Poirson (1828; 1831) revela aspectos interessantes de acomodação entre duas perspectivas historiográficas diferentes, mas que, em comum, compartilham a noção de progresso. Além disso, demonstra como, no caso desse tipo específico de obra histórica, a premissa da desagregação da história universal, tratada por Fillafer, não ocorre de imediato.

A partir de doze idades do mundo, Bossuet organiza uma cronologia que parte da criação divina e percorre a formação do povo escolhido rumo a uma linha progressiva e teleológica, que culmina na cristandade ocidental. Os títulos sempre evocam um personagem histórico e um tema que justifique sua existência: Adão ou criação, Noé ou dilúvio, vocação de Abraão ou início do povo de Deus e a aliança, Moisés, ou a lei escrita. Nessa idade do mundo, os espaços geográficos e os povos passam a se alternar na constituição da história universal: guerra de Troia, Salomão ou a construção do templo, Rômulo ou Roma fundada, Ciro ou a libertação dos judeus, Cipião ou Cartago vencida, o nascimento de Jesus Cristo, época de Constantino ou a paz da Igreja e, finalmente, Carlos Magno e o estabelecimento de um novo império.

Alicerçado na perspectiva iluminista de que as diferentes regiões do globo se tornavam cada vez mais interconectadas por meio da conquista, do comércio e da cultura, e de que a Europa agia como o ponto fulcral desse processo (FILLAFER, 2017, p. 15), Heeren transferia essa lógica para a Antiguidade – a “formação dos Estados, as mudanças em relação às suas constituições, e a direção que isso imprime ao comércio do mundo, com a contribuição de cada nação por meio do estabelecimento de suas colônias”. O início da humanidade não é uma questão abordada.

As cinco seções da obra buscam articular a cronologia e a geografia, como pode ser observado no critério para a definição da primeira parte: Estados de Ásia

¹³ A teoria acerca dos dórios de Karl Müller (1797-1840) é refutada por Poirson na *Introduction a l'histoire de La Grèce*.

(assírios, medos, babilônios, Troia, Lídia e Frígia, fenícios, sírios e judeus) e África (egípcios e cartagineses) antes de Ciro. A segunda seção oferecia pela primeira vez o sentido de unificação dos espaços ao narrar o Império Persa – em comparação com as outras, essa é a menor: 25 páginas.

A terceira, “História da Grécia”, a mais extensa de todas (75 páginas), demonstra a preocupação do historiador com a “causa da divisão desse país” (1827, p. ix) e expõe a projeção que autores alemães faziam da própria realidade ao mundo grego – uma língua compartilhada, mas não um Estado unificado, questões caras ao romantismo alemão. Assim, narra a guerra de Troia e a guerra contra os persas, para, na sequência, tratar de Esparta e Atenas e, após a localização geográfica, das demais cidades gregas, encerrando o capítulo com os acontecimentos entre as guerras médicas e Alexandre.

A quarta, tal como a segunda, apresenta a unificação imperial, agora sob os macedônios, e mostra a formação e a dissolução do império após a morte de Alexandre. Com um capítulo dedicado aos reinos maiores e outro a reinos menores e estados isolados, novamente Heeren lança mão da estratégia da espacialização com a exposição simultânea de vários povos e regiões, iniciada com a formação dos reinos sob os sucessores de Alexandre após a batalha de Ipsus.

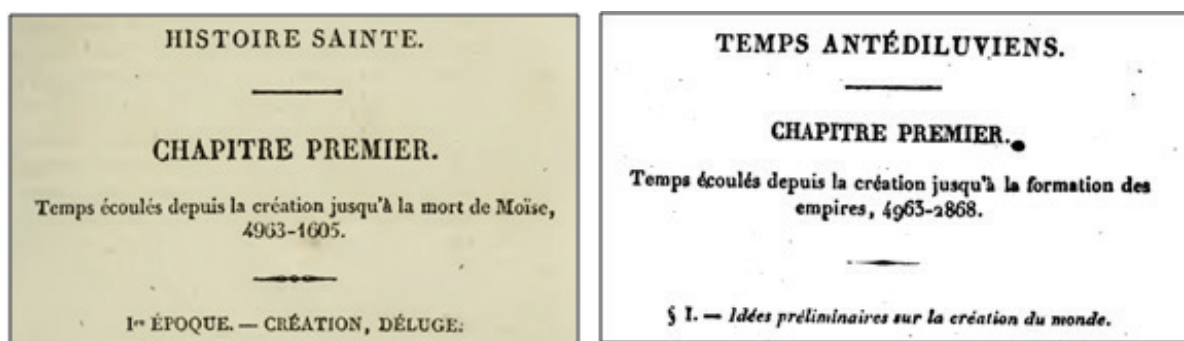
Por fim, a quinta e última seção aborda os romanos a partir de uma divisão cronológica em quatro períodos: da fundação às guerras contra Cartago; os problemas internos dos Gracos; o fim da República; o início da monarquia até a queda do Ocidente.

Cayx e Poirson, na segunda edição (1828), demarcam bem a história sagrada para os primeiros quatro capítulos e a história profana na sequência, do quinto ao 49º capítulo, numa organização parecida com a de Heeren. A interseção das perspectivas se opera, uma vez que a segunda época proposta pelo compêndio francês tinha como propósito a Fundação dos Antigos Impérios e que o povo eleito inaugura a narrativa universal, seguido então por egípcios, gregos, babilônios, assírios, e pelos reinos de Síria, Troia a Lídia (ver Tabela 3 abaixo).

A terceira época funcionaria como uma espécie de preâmbulo para a junção das histórias particulares na formação de um espaço universal, mesmo procedimento de Heeren – o que quer dizer que o relato geográfico desse mundo antigo será submetido a uma perspectiva de encadeamento cronológico: da formação do império persa e dos Estados marítimos da Ásia e da África até o momento das guerras médicas.

A quarta época, que compreende um “espaço” temporal de 134 anos (494-360), narra as guerras médicas, seguida da guerra do Peloponeso, e as relações entre gregos e persas no período. A quinta época narra o surgimento do império macedônico e as ações militares de Filipe e Alexandre até sua morte, além de tratar de governo, moral e costumes de diversos estados da Grécia – desde Licurgo e Sólon, literatura, ciências e artes, até a dominação macedônica. Por fim, a sexta época, encarte incorporado à edição de 1828, aborda os sucessores de Alexandre, a formação de novos reinos, a conquista romana e os hebreus, do cativo babilônico até o reino de Herodes.

Enfim, fica evidente que o *PHA* resulta do diálogo entre questões da nascente historiografia profissionalizada do período e a tradição narrativa que remonta a Bossuet, Eusébio e Diodoro da Sicília. A acomodação entre história sagrada e profana está presente, mas sofrerá alterações em termos formais na edição subsequente.

Imagem 2 – A exclusão da história sagrada no *PHA*: segunda (1828) e terceira (1831) edições

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, 1831, p. 1.

Em outubro de 1831, a terceira edição apresenta mudanças estruturais e uma nova lógica de inteligibilidade, que perdurará nas edições posteriores. Uma delas é o abandono da designação de história sagrada; outra, o abandono da divisão por épocas, o que significa que, na reacomodação dos povos sob a linha do progresso da humanidade, o percurso do éden ao retorno dos hebreus do cativeiro (536) fora descontinuado. Ainda assim, persiste a necessidade de um primeiro capítulo que trate da criação e da dispersão populacional após o dilúvio.

As duas principais mudanças recaem sobre o posicionamento dos hebreus e dos gregos. Aos primeiros, a desvinculação da história sagrada relega à posição de mais um povo, entre tantos outros, que, com o surgimento dos grandes impérios, seria alvo de conquistas sucessivas, mas que, pela importância do cristianismo para a identidade ocidental, mantém uma considerável atenção, evidenciada pelos dois capítulos a eles dedicados. Com relação aos gregos, o reposicionamento deles na terceira edição do *PHA* reforça a tese de Bernal (1993) quanto ao forte movimento de desvinculação aos egípcios e, simultaneamente, crava a fronteira, que, ao separar oriente e ocidente entre os povos da Antiguidade, reafirma elementos caros ao romantismo e ao racismo. A variação entre as organizações sequenciais dos povos pode ser observada pelo quadro comparativo a seguir:

Tabela 3 – Comparativo da estrutura do *PHA* entre as edições de 1828 e 1831

1828	Capítulos	1831	Capítulos
Criação do mundo até fim do cativeiro dos hebreus (536)	1-4	Criação e migrações	1
Egípcios	5-6	Egípcios	2-3
Gregos	7-14	Babilônios e Assírios	4-5
Babilônios e Assírios	15-16	Hebreus de Noé a até o fim do cativeiro (536)	6-7
Síria, Lídia e Tróia	17	Síria, Lídia e Tróia	8
Medos e Persas	18-20	Medos e Persas	9-10
Fenícios e Cartagineses	21	Fenícios e Cartagineses	11
		Gregos	12-18

Fonte: CAYX; POIRSON, 1828, 1831

DA FRANÇA PARA O BRASIL

A hegemonia dos saquaremas no exercício da direção política, intelectual e moral, presente nos anos seguintes à queda de Feijó, decorreu da habilidade em preservar a ordem imperial, ao mesmo tempo em que se difundia uma expansão para dentro, no sentido de conformar ou civilizar os cidadãos brasileiros (MATTOS, 2017, p. 36). A predileção liberal aos Estados Unidos se desgastara pelo contraste das demais repúblicas americanas, e, sob a liderança de Vasconcelos, o carro parava e fazia uma (re)conversão da América do Norte ao velho continente. Não por acaso, o princípio conservador dos saquaremas buscava como referência as experiências de modernidade europeias com base em três fontes: o conservadorismo prescritivo britânico, o liberalismo doutrinário francês e o monarquianismo de Coimbra (LYNCH, 2010).

A criação do ensino secundário no Brasil, como agenda política, reflete os interesses pela “centralização administrativa e pela formação de um *ethos* comum, voltado ao estrato social específico (TURIN, 2015, p. 303), de modo que, no âmbito territorial da Corte, a criação do ICPII tinha como fito “produzir um corpo social minimamente homogêneo e ligado ao Estado” (TURIN, 2015, p. 306) e, assim, “consolidar a estabilização social e semântica, após os conturbados anos do Primeiro Reinado e das Regências” (TURIN, 2015, p. 307). É inegável a influência francesa na constituição do ICPII. Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro e idealizador do colégio, afirmara na sessão da Câmara dos Deputados de 19 de maio de 1838 que, em quase todas as suas disposições, o regulamento fora copiado dos colégios da França (HAIDAR, 1972, p. 99).

Numa série de estudos, Valdeci Araujo alerta para a existência de “uma decisiva descontinuidade conceitual em resposta às novas formas de experimentar o tempo abertas com o processo de independência” (2008, p. 20), na esteira das análises da *Sattelzeit* (1750-1850) de Koselleck.¹⁴ A melhor forma de compreender o fenômeno da tensão entre a tradição cíclica do ambiente ilustrado português e a moderna experiência do tempo, entre a geração da independência e sua sucessora, seria, como Manoel Salgado Guimarães já havia percebido, por meio “da transição entre uma experiência antiga e uma moderna da história”, pela suspensão heurística e pela realocação do problema em novas bases categoriais, o que significa desconsiderar os “termos da continuidade ou descontinuidade entre iluminismo e romantismo (ARAUJO, 2011, p. 136).

Na chave explicativa empregada por Araujo (2011, p. 140), recorrendo a diversos trabalhos recentes que apontam para uma instabilidade conceitual, a permanência e a expansão de certos fragmentos do *topos historia magistra vitae* são consideradas fundamentais ao processo de constituição dos Estados nacionais, tanto no caso brasileiro quanto em outros países. Ele refuta, assim, um significativo atraso na abertura de um campo moderno de experiência no contexto brasileiro, de modo que a permanência do *topos* não deve ser tratada como resistência à modernização. Não há um excepcionalismo brasileiro, e o próprio uso que Koselleck faz do termo

¹⁴ Lynch (2015, p. 351) ressalta que o termo também se valida em termos de análise política, pois abarca o período de transição do sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e o liberalismo.

“dissolução” estaria remetido a um processo de fragmentação de uma totalidade de experiência da história.

Esses fragmentos e possibilidades de significação de parcelas da realidade continuam vigentes, como peças soltas que não mais serão unidas de modo a constituir a inteligibilidade anterior. O “discurso conservador, em suas múltiplas formas, precisou agir mais enfaticamente para retardar o tempo, sem, contudo poder, ou desejar, articular a experiência em torno de modelos do passado” (ARAUJO, 2011, p. 144).

Novas formas de experimentar o tempo entrecruzam disputas no campo político com o manejo da história, seja pela sua escrita (como faria o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) ou sua difusão através de estabelecimentos de ensino. No discurso de Vasconcelos, em 15 de julho de 1837, a tensão entre a moderna experiência do tempo e o *topos historia magistra vitae* fica latente: “Qual será o homem tão sensível às ideias liberais, aos sentimentos generosos que não adote as grandes ideias que sobre amor à pátria se lê nos oradores da antiguidade; sobre os deveres do homem nos filósofos; e sobre as ações dos grandes, nos poetas?” (*Anais da Câmara dos Deputados*, p. 118).

Vasconcelos optava pelo modelo francês por acreditar ser o que havia de mais moderno na Europa. Em outra ocasião, demonstrava sua admiração pela reforma educacional de Guizot – “encarregou-se ao Ministro brasileiro em Paris para que enviasse os compêndios mais acreditados em todos os colégios reais, municipais e particulares da França, organizados depois da última lei que regulou a universidade de Paris” – e, ao mesmo tempo, reconhecia a originalidade e quão impressionado ficara com um dos quatro *Précis*, provavelmente o *PHA*, cuja quarta edição era justamente de 1837: “Tinha mandado traduzir um compêndio de história, publicado em 1837, e que me parecia superior a quanto se tinha impresso a tal respeito” (*Anais do Senado*, sessão de 10 de outubro de 1839, p. 360).

Da pena do primeiro professor de história e geografia do ICPII, Justiniano José da Rocha, estudante em Paris nos anos de 1820 e aliado de Vasconcelos desde a Regência de Feijó, informações mais consistentes podem ser obtidas em relação ao curso de história proposto. O manuscrito, de data incerta, informava que a coleção completa¹⁵ dos *Précis* fora trazida e aventava a possibilidade de tradução de todos os volumes, projeto certamente interrompido por sua demissão, em agosto de 1840, no desenrolar das disputas políticas em torno da maioria, quando esteve à frente do periódico *O Brasil*.

Diz Justiniano José da Rocha, professor do Imperial Colégio de Pedro 2º, que havendo em outubro de 1838 recebido das mãos do *Excelentíssimo Senhor* Ministro do Império *quatro compêndios de história, formando o curso completo, adotados pela [Uni-]versidade de Paris*, e que o mesmo *Excelentíssimo Senhor* [man]dara vir de França, para suprir a falta [ab-]soluta, que em nossa pátria se sentia, de [palavra cortada] desta natureza, e havendo-lhe ao mesmo tempo ordenado que os examinasse; e visse se pod[eria] ser adoptado para o Colégio de Pedro 2º: p[palavra cortada] de pronto a obedecer, e achou

¹⁵ Os compêndios de Du Rozoir e de Dumont já formavam uma edição conjunta em volume único quando a coleção chegou ao Brasil.

que pela clareza e método da exposição, pelo encadeamento, e exatidão dos factos, fariam esses livros honra [palavra cortada] ção que para o ensino de sua mocidade o [ha-]via adoptado, e que podiam, *ao menos os de história antiga e romana*, senão *os da idade-média e moderna* servir tanto para alunos Brasileiros como para os Franceses. Convinha [para] que fossem traduzidos, e impressos (ROCHA, 1838-1841, grifos nossos).

Justiniano concluiu a tradução e a impressão do *Compêndio de História Antiga* de Cayx e Poirson e do *Compêndio de História Romana* de Du Rozoir e Dumont em dezembro de 1839, com mil exemplares cada. Mas a reforma curricular do ministro Manuel Antonio Galvão, ao redesenhar a grade – segundo ano: história pátria; quinto e quarto anos: história geral –, postergava o uso dos compêndios. Convocado a se manifestar sobre como deveria ser o novo curso, o cônego Marcelino Bueno, substituto de Justiniano, se opunha aos compêndios franceses, a ponto de – por não compreender ou não concordar com a escrita da história presente no *Compêndio de História Antiga* e no *Compêndio de História Romana* – considerá-los “difusos”. Ele sequer mencionava os compêndios não traduzidos, provavelmente não consultados, ignorando o conceito de história implícito no todo da coleção.

Mas, para lecionar no 2º ano História Geral e Pátria não se pode adotar os Compêndios de História Geral por Cayx e Poirson e por Resoir e Dumont traduzidos pelo Sr. Dr. Rocha, por que esses compêndios são muito difusos (?). Nos compêndios para as aulas só deve aparecer o essencial e indispensável. Convém muito aproveitar o tempo com a economia possível e facilitar o estudo não o tornando fastidioso (*apud* PENNA, 2008, p. 166).

Em 1841, essa reorganização seria desfeita no ICPII, e a História, distribuída da seguinte forma:¹⁶ quatro aulas de história antiga para o terceiro ano, quatro de história romana para o quarto ano, três de história da Idade Média para o quinto ano, duas de história moderna para o sexto ano e, por fim, duas de história do Brasil para o sétimo ano. Tal configuração seria alterada somente em 1856, no âmbito das reformas dos anos de 1850 (GASPARELLO, 2004, p. 227), descontinuando o uso da coleção dos *Précis*. A partir de então, adotava-se a “edição última para uso dos liceus de Paris” do *Manuel du Baccalauréat* como o compêndio para o ensino de história antiga, história da Idade Média e história moderna (HAIDAR, 1972, p. 150-151).

Se esse percurso indica que, *intramuros*, o projeto inicial de Vasconcelos sobreviveu, o mais sensato é reconhecer o sucesso do ICPII em consolidar um espaço de formação de (para) uma elite e, ao mesmo tempo, relativizar a importância do colégio no sentido da advertência de Haidar (1972), segundo a qual o ICPII atuou como padrão ideal, mas não como padrão real de ensino. No relatório produzido após inspeção de aulas públicas e estabelecimentos de ensino particulares e apresentado como anexo do relatório do Ministério do Império, Justiniano contatava que, além de os estabelecimentos não conseguirem oferecer instrução parecida ao ICPII, este ainda

¹⁶ Regulamento n.62 /1841. Quadro anexo ao ofício enviado de 21 de janeiro de 1841, citado por Penna (2008, p.170-171) e Vecchia (2003).

proporcionava uma forte concorrência que lhes tirava alunos, pois os pais transferiam os filhos nos últimos anos para o ICPII, em busca do diploma de bacharel, o qual garantia acesso aos cursos superiores (ROCHA, 1851, p. 3-4). A regulamentação de pontos para os exames do curso de direito de São Paulo já incluía a história desde 1831 (HAIDAR, 1972, p. 48).

Como consequência, a oferta de aulas de história se adequava a essa demanda, como atesta o anúncio do professor Joaquim Russel: “Um curso elementar de história antiga e moderna [...] indispensável aos senhores que pretendem matricular-se em academias, onde é este um dos requisitos exigidos por lei” (*Jornal do Commercio*, 1844, edição 1, p. 3). Antes de se buscar compreender como o ICPII influenciou os demais estabelecimentos de ensino, parece mais pertinente indagar em quais condições as aulas de história no Rio de Janeiro se encontravam no momento da criação do ICPII e como, a partir de então, se daria a convivência entre a pretensa proposta oficial – e seus respectivos compêndios – e a história ensinada nesses outros espaços.

A tiragem de mil exemplares da tradução de cada *Précis* indica que havia a intenção de uniformizar o ensino. Em 21 de maio de 1840, o ICPII anunciava os compêndios oferecendo desconto de vinte por cento aos diretores que comprassem mais que dez exemplares (*Jornal do Commercio*, 1840, edição 136, p. 4). Uma década depois, Justiniano, embora não tratasse especificamente de aulas de história, constatava a pouca diferença entre os colégios quanto a métodos e compêndios. Ele acusava, como consequência da falta de regulamentação, o uso de compêndios antigos, e poucas exceções adotavam os “Livros da Universidade da França, cujo texto mais acurado, cuja escolha é melhor regulada pela gradação das dificuldades” (ROCHA, 1851, p. 7-8).

Se milhares de exemplares dos *Compêndio de História Antiga* e de *História Romana* estavam disponíveis, a situação era bem diferente para os outros dois compêndios do curso. Além do obstáculo do idioma francês, havia os custos de importação e a não disponibilidade imediata. Apenas uma ocorrência de anúncio de venda do *Précis de l’histoire moderne* (JC, 1843, edição 75, p. 4) foi encontrada. Não obstante, uma vez adotados para além do ICPII, os dois primeiros recebiam um uso que já estava distante das intenções dos autores. Portanto, a coleção desmembrada desfiguraria o projeto inicial, o qual, por sua vez, já havia sido resultado de tensões e disputas, como evidencia a narrativa criacionista no *PHA*.¹⁷

Uma varredura sobre anúncios de colégios entre 1838 e 1855 no *Jornal do Commercio*¹⁸ e no *Almanak Laemmert*¹⁹ não aponta nenhum que tenha se valido da estratégia de mencionar a conformidade com o ICPII, enquanto o apelo à adequação

¹⁷ Cf. Choppin (2009) acerca da importância da circunscrição conceitual de manuais escolares quanto a natureza, funções e usos. Um caso específico é *History of Rome*, de Oliver Goldsmith. Mesmo que o título atribuído pelo autor não indique a concepção para o uso escolar, no idioma original era utilizado no ensino de língua inglesa (TURIN, 2015, p. 304), o que não necessariamente significa que em outros estabelecimentos a edição em português desse compêndio, ou até a versão original, fosse utilizada para as aulas de história. O compêndio adotado pelo ICPII poderia ser apenas mais uma opção na preferência de diretores e professores.

¹⁸ A coleção digitalizada pela Biblioteca Nacional está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=364568>. Acesso em: 5 out. 2018.

¹⁹ A coleção digitalizada pela Biblioteca Nacional está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394x&pasta=ano%20184&pesq=>. Acesso em: 10 out. 2018.

aos exames de preparatórios é recorrente. O que se encontra é uma polissemia entre ofertas de história universal, história antiga e moderna, história e outras variações. Somente em dois anúncios de livreiros os compêndios são ofertados: “compêndio da [sic] história antiga, adotado pelo colégio de Pedro Segundo” (JC, 1843, edição 132, p.4), “Compêndio da história romana, traduzido por A. de V.M. de Drumond [sic], 500 réis” (*Jornal do Commercio*, 1847, edição 277, p.4; edição 327, p.4). Em contraponto, considerando as mudanças a partir da Reforma de Couto Ferraz, que incidiram em maior controle por parte do Estado nos exames e nos compêndios, Nicolao Alves anunciava em 16 de novembro de 1856 o novo compêndio de História francês adotado pelo ICPII :

Imagem 2 – Anúncio do compêndio de história adotado pelo ICPII a partir de 1855



Fonte: *Jornal do Commercio*, 1856, edição 317, p. 3.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A travessia atlântica incrustou novos elementos à complexa natureza da coleção dos *Précis*, mais especificamente do *PHA*, como um artefato cultural e mercadológico. Do mesmo modo, é possível identificar um composto de quatro camadas de experiências do tempo decorrentes do uso desse artefato. Entre 1820 e 1837, na França, tensões marcaram o processo de produção das primeiras edições dos *Précis*. Cayx e Poirson integravam um grupo que se sentia imbuído pela missão de trazer os conhecimentos históricos mais atualizados ao mesmo tempo que acreditavam, eles mesmos, serem produtores de conhecimento com base em modernos métodos de análise da documentação histórica.

Sob tal tensão é que o entrecruzamento entre as concepções de história de Bossuet e Heeren deve ser compreendido. Há pontos de resistência da história universal de Bossuet que são capazes de moldar a inteligibilidade da história. Arranjos que evitassem indisposições com a Igreja não cessaram quando Guizot esteve à frente do ministério da Instrução Pública.

As outras três camadas se desdobram entre 1838 e 1855, no Brasil. A escolha da coleção dos *Précis* pelas autoridades brasileiras se pautou pela confluência política de Vasconcelos ao liberalismo doutrinário de Guizot. As falas de Vasconcelos demonstram como o desejo pela consolidação de um Estado moderno passava pela implantação das

novidades educacionais vindas da França, sob a ação de Guizot. Na camada seguinte, metade da coleção dos compêndios adotados é traduzida e impressa aos milhares, perdurando por quinze anos, apesar da incompreensão e da resistência, como no caso de Bueno, em 1840, contra essa nova inteligibilidade da história. Na última camada, na qual práticas escolares de uma duração mais longa estão em curso, o que se verifica é um misto de baixa adesão ou uso ressignificado dos *Précis* nos colégios e em aulas particulares ante as prescrições dos exames preparatórios.

Em termos de abertura para uma experiência moderna do tempo, o impacto causado pela presença dos *Précis* (1838-1855) parece pouco provável. Entre tensões e disputas pela construção de inteligibilidade – e, portanto, da unidade – da história num campo de batalha que não era exclusivo dos historiadores, no espaço escolar, variáveis como a tradição, o poder da Igreja e sua relação com o Império brasileiro, ou a ausência de um espaço de formação profissional de historiadores e professores, desempenhavam um papel categórico.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p.132-147.

BERNAL, Martin. *Atenea negra: las raíces afroasiáticas de la civilización clásica*. V. I: La invención de la Antigua Grecia, 1785-1985. Barcelona: Crítica – Grupo Grijalbo-Mondadori, 1993.

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'histoire universelle*. Paris: Librairie Hachette, 1863.

BRUTER, Annie. Les créations successives de l'enseignement de l'histoire au cours du premier XIX^e siècle. In: CASPARD, Pierre; LUC, Jean-Noël; SAVOIE, Philippe (dir.). *Lycées, lycéens, lycéennes, deux siècles d'histoire*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 2005. p. 177-197. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 28). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2005_act_28_1_9250. Acesso em: 12 set. 2017.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Precis de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1828.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Precis de l'histoire ancienne*. 3. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1831.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Compendio de Historia Antiga*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const de J. Vileneuve e Comp., 1840.

CAYX, Charles; POIRSON, Auguste. *Précis de l'histoire ancienne*. 8. ed. Paris: Ed. Louis Colas, 1843.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29026>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FILLAFER, Franz Leander. A world connecting? From the unity of History to Global History. *History and Theory*, Middletown, v. 56, n. 1, p. 3-37, mar. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hith.12000>. Acesso em 18 mar. 2017.

FREITAS, Itamar. A história universal de José Estácio Correia de Sá e Benevides (1890/1903). In: FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 127-182.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)*. São Paulo: Iglu Editora, 2004.

HAIDAR, Maria de Lourdes. Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.

HEEREN, Arnold Hermann Ludwig. *Manuel de l'histoire ancienne*. 2. ed. Paris: Chez Firmin Didot - Pére et Fils, 1827.

KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 119-184.

LE LYCÉE, *Journal Général De L'instruction. Examen Critique d'Ouvrages Classiques*. Paris: Hachette, 6 vol, 1828-1830, t. VI. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9790674c/f88.item.r=cayx>. Acesso em: 17 set. 2017.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 25-53.

MARCHAND, Philippe. *L'histoire et la géographie dans l'enseignement secondaire*. Textes officiels. Tome 1: 1795-1914. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2000. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 8). Disponível em: http://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2000_ant_8_1_2321. Acesso em: 11 nov. 2017.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Gigante e o espelho. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PENNA, Fernando. *Sob o nome e a capa do imperador*: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Justiniano José da. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providencias no sentido de ser indenizado, pelo trabalho de tradução e dispensa de impressão de livros de história, para o Colégio Pedro II*. [S.l.: s.n.], 1838-1841. Série de Manuscritos de Justiniano José da Rocha do Acervo da Biblioteca Nacional. 10 doc., Orig. Localização: Manuscritos - C-0344,002 nº001.

ROCHA, Justiniano José da. Exposição sobre o estado das aulas públicas de instrução secundária, e dos colégios e escolas particulares da Capital do Império, 5 de abril de 1851. (Anexo). *In*: CARVALHO, José da Costa. (Visconde de Monte Alegre). *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

TURIN, Rodrigo. A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 41, p. 299-320, jul. 2015.

VECHIA, Ariclê. Imperial Colégio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. *In*: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. *A escola secundária*. São Paulo: Annablume, 2003.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores e a democracia*: o grande desvio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NOTAS

AUTORIA

Luís Ernesto Barnabé: Mestre. Doutorando, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Assis, SP, Brasil. Professor Assistente do curso de História, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Jacarezinho, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Jacarezinho, PR, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Padre Melo, 1200, 86400-000, Jacarezinho, PR, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese "História antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II, ou o caso Justiniano José da Rocha: história, disciplina escolar e impressos (1820-1865)", a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista em Assis, em 2019.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi. Agradeço também à Universidade Estadual do Norte do Paraná, pelo afastamento concedido para capacitação, bem como aos colegas do colegiado do curso de História de Jacarezinho, pelo apoio.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não houve conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alex Degan
Beatriz Mamigonian
Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)
Tiago Kramer de Oliveira
Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

HISTÓRICO

Recebido em: 19 de novembro de 2018

Aprovado em: 13 de junho de 2019

Como citar: BARNABÉ, Luis Ernesto. A história universal entre a escrita da história e a travessia atlântica: produção e circulação de compêndios escolares franceses e brasileiros (1820-1864). *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 506-528, set./dez. 2019.

